aplicação imediata, ratificando-se todos os actos praticados no âmbito das competências ora delegadas/subdelegadas.

16 de Fevereiro de 2006. — O Director, *José Joaquim Gonçalves Antunes*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra

Rectificação n.º 503/2006. — Por terem sido publicados com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de Fevereiro de 2006, os despachos n.ºs 2894/2006 e 2895/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «nos termos do artigo 173.º do Código do Procedimento Administrativo» deve ler-se «nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo».

16 de Março de 2006. — A Directora de Unidade de Atendimento ao Cidadão e Comunicação, *Eva Maria Viegas Santos Rodrigues Bizarro*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 7494/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes.* — 1 — Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pela directora do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa, através do despacho n.º 3593/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 15 de Fevereiro de 2006, subdelego nos directores do Núcleo de Consulta Jurídica e Contencioso, Eduardo Alfredo Peleias, e do Núcleo de Contra-Ordenações, Araci Dinis Martins, os seguintes poderes:

1.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;

1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho directivo;

1.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como o respectivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

1.4 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos da lei em vigor, em função do estatuto jurídico de trabalho em causa;

1.5 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente, necessária ao normal funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, ao conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), e aos dirigentes máximos dos demais serviços e organismos da Administração Pública;

1.6 — Requerer quaisquer actos de registo, bem como representar o ISS perante qualquer serviço de finanças, conservatória ou cartório notarial;

1.7 — Respeitadas que sejam as competências legais do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS), na matéria e executadas as orientações definidas pelo conselho directivo do ISS, em estreita articulação com o mesmo organismo, reclamar os créditos da segurança social em sede de processos de falência e insolvência e de execução de natureza fiscal, cível e laboral;

1.8 — Despachar os processos de contra-ordenações, fazer admoestações e aplicar coimas no âmbito dos mesmos processos, nos termos da legislação aplicável, bem como proceder ao seu arquivamento;

1.9 — Autorizar o arquivamento dos processos de contra-ordenação, quando tenha ocorrido o pagamento voluntário da coima, sem prejuízo de eventuais sanções acessórias, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º-A do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro;

1.10 — Autorizar a restituição de valores indevidamente recebidos;

1.11 — Passar certidões ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

1.12 — Emitir declarações ou certidões relacionadas com situações jurídicas no âmbito de actuação da respectiva unidade.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados pelos subdelegados até esta data que se insiram no seu âmbito.

16 de Março de 2006. — O Director da Unidade Jurídica, *Victor Eugénio dos Santos Baltazar*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto

Aviso n.º 4144/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada nos locais de estilo a lista de antiguidade, reportada a 31 de Dezembro de 2004, referente aos funcionários do quadro de pessoal

do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte afectos ao Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso, ao abrigo do disposto no artigo 96.º do mesmo diploma legal.

14 de Março de 2006. — O Director Distrital-Adjunto, *José Afonso Lobão*.

Centro Nacional de Pensões

Aviso n.º 4145/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do Centro Nacional de Pensões reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação, de harmonia com o disposto nos artigos 96.º e 97.º do citado decreto-lei.

21 de Março de 2006. — O Director de Unidade, *Clemente Galvão*.

Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P.

Aviso n.º 4146/2006 (2.ª série). — Por deliberação de 10 de Março de 2006 do conselho directivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P.:

José Manuel da Silva Marques, técnico superior principal do quadro do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P. — transferido para o quadro do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P., com a mesma categoria, abonado pelo escalão 2, índice 560, da tabela anexa à Portaria n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com efeitos a 1 de Abril do corrente ano. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2006. — A Secretária Nacional, *Luísa Portugal*.

Aviso n.º 4147/2006 (2.ª série). — Por deliberação de 10 de Março de 2006 do conselho directivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência:

Rosália Maria dos Santos Oliveira, técnica profissional principal do quadro da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional — requisitada para o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P., com a mesma categoria, abonada pelo escalão 1, índice 238, da tabela anexa à Portaria n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com efeitos a 16 de Março do corrente ano. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2006. — A Secretária Nacional, *Luísa Portugal*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7495/2006 (2.ª série). — I — A Comissão Nacional da Saúde Materna e Neonatal entregou ao Ministro da Saúde, no passado dia 10 de Março, o relatório sobre organização perinatal nacional, no qual se insere o Programa Nacional de Saúde Materna e Neonatal, e a proposta de requalificação dos serviços de urgência perinatal. Os documentos, de elevado valor técnico, evidenciam o enorme progresso realizado em Portugal desde que foi lançado, em 1989, o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil.

O Programa criou uma rede de referência materno-infantil, que neste momento protege 80 % dos recém-nascidos portugueses e permitiu um considerável progresso na saúde da mãe e do recém-nascido. Portugal passou de País mais atrasado da Europa em indicadores de saúde materno-infantil para uma colocação entre os 10 países da União Europeia com melhores indicadores de mortalidade materna, mortalidade infantil e mortalidade perinatal.

II — O sucesso deste Programa deveu-se a um conjunto de factores de natureza social, económica e cultural, mas sobretudo à melhoria da organização dos cuidados prestados à mãe e à criança na altura do parto. Está hoje bem definido o conjunto de meios técnicos para que o parto decorra em condições de total segurança: equipas de assistência compostas por obstetras, anestesista, pediatra-neonatologista e enfermeiras, equipamento técnico mínimo que permita acom-